



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória.

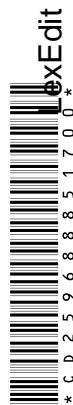
**JUSTIFICAÇÃO**

O Art. 2º da MPV 1288/2025 estabelece a proibição de que fornecedores cobrem valores adicionais para pagamentos realizados por meio de Pix à vista, considerando tal prática abusiva e sujeitando-os às penalidades do Código de Defesa do Consumidor. Essa imposição interfere diretamente no livre mercado e na autonomia dos fornecedores de precificar seus produtos e serviços com base nos custos operacionais e nas condições de pagamento. Transformar essa liberdade comercial em prática abusiva é uma medida desproporcional que desconsidera a dinâmica do mercado e cria uma barreira regulatória desnecessária.

Além disso, a medida busca solucionar um problema quase inexistente. Essa regulamentação acaba se configurando como um "espantalho" levantado pelo governo, desviando a atenção de questões mais relevantes e prejudicando a liberdade econômica. A supressão do art. 2º, evitará a criação de mais um entrave para empreendedores, preservando o princípio de liberdade de preços e incentivando um ambiente competitivo.

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança**  
**(PL - SP)**



\* C D 2 5 9 6 8 8 5 1 7 0 0 \*